

Reformas da PAC: para além da agricultura e do meio rural

João Moscaⁱ

INTRODUÇÃO

A evolução da agricultura europeia, o papel do sector na construção da União Europeia (UE), os processos de globalização da economia e a persistente contestação dos estados-membros e da maioria dos agricultores, têm justificado a necessidade de reformas da Política Agrícola Comum (PAC), em alguns casos antes da aplicação integral das anteriores.

Esta comunicação questiona a PAC como uma política sectorial global. Embora a PAC seja um pilar fundamental de construção da UE, argumenta-se que as medidas de implementação são diferentes das praticadas para o conjunto da economia e das tendências dos processos da globalização e internacionalização e que introduzem conflitos e dilemas entre os países, com os objectivos da UE como unidade política e económica e entre a União e países terceiros, especialmente com os EUA. Considera-se que grande parte dos conflitos entre os estados-membros decorre de diferenças fundamentais entre as lógicas da União Europeia enquanto construção de uma unidade política com as dos estados-membros e a existência de diferentes agriculturas, sobretudo relativamente aos posicionamentos sectoriais nas respectivas economias, à heterogeneidade das estruturas agrárias e dos sistemas de produção, entre os níveis de

ⁱ / *Professor Associado com Agregação. Docente do Instituto Piaget e na Escola Superior Agrária de Elvas.*

desenvolvimento das sociedades e a aspectos históricos e culturais dos diversos povos europeus. As sucessivas reformas e as posições negociais de cada estado-membro revelam o constante dilema entre os ideais de longo prazo da União Europeia e os interesses nacionais de curto prazo e são ainda um reflexo das disputas entre as grandes potências na política e economia internacionais.

A PAC tem resistido às constantes crises e tentativas de renacionalização porque as negociações possuem moedas de troca intersectoriais que levam os países menos desenvolvidos a ceder na agricultura e porque uma eventual hegemonia negocial dos Estados Unidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a supremacia competitiva americana e dos novos países com sectores agrícolas desenvolvidos e competitivos, provocaria consequências graves para as economias da União, sobretudo dos países mais desenvolvidos.

O autor considera que o futuro alargamento da União Europeia, tal como nos anteriores, complexifica os conflitos e dilemas e introduz novas relações de força negociais com reforço para as agriculturas do centro , aprofundando as assimetrias entre estas e as do sul da Europa.

Pelas razões apresentadas nesta introdução, considera-se que as análises das agriculturas necessitam de enquadramentos teóricos e analíticos macro e supranacionais de longo prazo que ultrapassem o âmbito sectorial e que sejam integradas nos processos que se reforçam mutuamente da globalização e internacionalização com a localização do desenvolvimento agrícola e do meio rural.

CONFLITOS E DILEMAS DAS PAC'S¹

As metodologias e os quadros de análise das agriculturas europeia e dos países-membros, não deveriam circunscrever-se a questões nacionais e comunitárias de nível micro e de curto prazo. Primeiro porque a globalização tenderá a uma crescente abertura dos mercados e da concorrência, não obstante o reforço dos mecanismos proteccionistas e a introdução de novas formas de protecção². Segundo, porque sendo a agricultura um sector cada vez de menor importância económica e social nos países desenvolvidos, as políticas agrícolas são secundarizadas nos modelos de crescimento e desenvolvimento, sobretudo porque emergem países produtores que tornam a importação dessas economias mais vantajosa (em termos contabilísticos). Terceiro, porque os objectivos globais da União Europeia bem como os respectivos mecanismos de reprodução podem não ser coincidentes com os dos países-membros e a satisfação das partes não representa necessariamente o melhor para a União, sendo o contrário também verdadeiro.

As análises das PAC's possuem assim o dilema de serem consideradas como políticas de uma unidade política e económica ou um conjunto de medidas resultantes de processos negociais assimétricos onde se pretende defender os interesses nacionais ou, ainda, um pacote de acções de compromisso entre a conjugação destes dois extremos.

^{1/} De acordo com o texto considera-se que existiram várias Políticas Agrícolas Comuns, razão pela qual a sigla surgirá no plural (PAC's).

^{2/} "Nunca os países industrializados subsidiaram tanto a sua agricultura. Na UE, os subsídios subiram de 45% da receita total dos agricultores em 1998 para 49% no ano passado. Nos Estados Unidos, o aumento foi de 22% para 24%. O Japão continua o campeão dos subsídios, que respondem por 65% da renda dos agricultores. Só no Canadá houve redução: de 34% para 20%. No total, os países mais ricos do mundo gastaram US\$ 361 bilhões no ano passado com subsídios agrícolas. Um estudo divulgado há algumas semanas mostra que os subsídios agrícolas da UE custam US\$ 75 bilhões por ano (a UE alega que o total é menor, de US\$ 50 bilhões). Metade do orçamento comunitário da UE é gasto com subsídios agrícola, sendo que a agricultura responde por apenas 2,1% do PIB europeu". Em Editoriais de O JT Estadão (2000).

Otta (2002) afirma "apenas um terço dos agricultores americanos recebem pagamentos do governo que, em 2000, equivaleram a 50% da renda líquida da agricultura. O grosso dos subsídios fica com o grupo de 7% maiores produtores.

A nível comunitário pretende-se a configuração de um sector que utilize eficientemente os recursos e que seja competitivo no quadro da globalização e internacionalização da economia, onde a pressão para o abandono das políticas proteccionistas e de redução dos subsídios e apoios aos agricultores é crescente, tanto no âmbito das negociações da OMC como dos novos países desenvolvidos na agricultura. Pretende-se que a agricultura tenha um menor peso nos orçamentos da União e, portanto, sobre os impostos pagos pelos cidadãos. Procura-se reduzir o custo de oportunidade do sector, que os produtos europeus sejam mais baratos para o consumidor, que os produtores tenham capacidade para competir entre si e com os concorrentes extra-comunitários, simultaneamente que se respeita a qualidade dos bens de consumo e a relação dos sistemas produtivos com o ambiente.

Este processo desenvolve-se num quadro em que existem economias que possuem vantagens competitivas (EUA, grupo CAIRN, países do Mercosul, África do Sul e Norte de África) relativamente à UE. A agricultura americana possui uma escala maior e unidades produtivas com dimensão média superior, foi anteriormente modernizada, é suportada com investigação mais avançada e tem amplos mercados para escoamento dos excedentes através da ajuda alimentar internacional e das exportações; acrescenta-se que o peso da agricultura no conjunto da economia americana é inferior à da UE, o que, juntamente com a maior produtividade, facilita a implementação de políticas proteccionistas e de apoio com inferiores custos relativos globais. Existem ainda os novos países desenvolvidos na agricultura que, por factores diversos e diferenciados (clima, solos, baixos custos de produção, etc.), assumem-se cada vez mais como produtores competitivos e reclamam a abertura dos mercados para exportação em produtos essenciais para os países desenvolvidos.

Os incentivos/subsídios pretenderam em cada fase objectivos diferentes a nível da UE (auto-suficiência alimentar, ajuda alimentar internacional, sustentação dos rendimento dos agricultores, protecção do ambiente, etc.). A aplicação destas medidas implicou uma reestruturação relativa da

divisão do trabalho no seio do sector e entre países onde as agriculturas possuem papéis e importâncias diferenciadas no conjunto da agricultura europeia e das respectivas economias. Em cada país reestruturaram-se e/ou desestruturaram-se sistemas de produção e fileiras produtivas provocando efeitos e externalidades sociais e ambientais negativas e benefícios concentrados seja socialmente como espacialmente. Os benefícios dos agricultores nem sempre se traduziram em aumentos da capacidade produtiva, modernização e competitividade do sector.

As diferenças das agriculturas e os efeitos das PAC's entre os estados-membros foram já objecto de estudos conclusivos. As diversas estruturas agrárias e produtivas entre os países e regiões, os estados de desenvolvimento das fileiras produtivas e da modernização das agriculturas, os níveis de rendimento dos consumidores e as diversas capacidades para influenciar as políticas, fizeram que as PAC's afectassem de forma diferenciada as agriculturas e os meios rurais da Europa. São conhecidas as assimetrias³ na atribuição dos subsídios e dos apoios segundo os sistemas produtivos e o tamanho das explorações, os efeitos diferenciados das medidas proteccionistas, entre outros aspectos.

À escala nacional, os estados-membros procuram defender os interesses dos agricultores ou de parte deles, muitas vezes sem consideração pelos efeitos sobre o conjunto da economia e da população enquanto consumidores. As reivindicações de quotas de produção, de subsídios e apoios, a defesa das medidas de protecção e os projectos de desenvolvimento rural, são elementos de negociação deslocados dos objectivos económicos globais da União e dos respectivos países⁴. Obter mais recursos através de processos negociais e a troco de concessões em outras áreas económicas e/ou políticas, tem sido utilizado como matéria de debate político e

³/ Abramovay (2002), refere-se ao assunto designando por quádrupla concentração: por produto, país, dentro de cada país e a concentração social.

⁴/ O responsável do Governo pelo sector destaca, como pontos positivos da reforma, o reforço das verbas atribuídas aos produtores em mais 168,5 milhões de euros anuais, a partir da campanha de 2006/2007 (Lusa, público.pt).

para fins eleitoralistas⁵. Muitas vezes reclamam a renacionalização das políticas agrícolas pondo em causa a PAC e o próprio projecto da União Europeia.

Uma questão importante dos posicionamentos nacionais é a inexistência de políticas agrícolas ou de propostas de medidas que defendam as respectivas economias num contexto de globalização e internacionalização da economia, pela conquista da competitividade e da qualidade da oferta, na defesa dos consumidores, dos equilíbrios sociais e ambientais e contra a desertificação e o esvaziamento demográfico dos espaços rurais. Os subsídios e projectos de desenvolvimento rural são aplicados de forma dispersa, sem integração no espaço rural, reduzindo desta forma os efeitos multiplicadores da produção e do emprego, dificultam a articulação inter-sectorial e não permitem a geração de sinergias no território.

As políticas agrícolas dos países desenvolvidos criam graves consequências sobre os países em desenvolvimento. As barreiras alfandegárias da UE obstaculizam as exportações das economias em desenvolvimento, os subsídios internos e às exportações distorcem os mercados internacionais e dificultam a recuperação da produção nos países receptores da ajuda internacional. A cooperação para os países da África Subsaariana (ASS) decresce em termos percentuais do PIB dos doadores enquanto que uma comparação entre os subsídios à agricultura nos países desenvolvidos e o rendimento per capita da ASS são motivo de reflexão (PNUD, 2003): por exemplo, enquanto que o rendimento médio anual por africano da ASS é de 490 dólares americanos, o subsídio diário anual na UE por cabeça de gado bovino (vaca) é de 903 US\$ e a ajuda da União Europeia por africano é de 8 US\$ por ano; o Japão subsidia 2.700 US\$ por vaca e a ajuda por africano é de 1,47 US\$ anual; os EUA subsidiam 10,7 milhões de dólares por dia para o algodão e a ajuda aos países da ASS é de 3,1 milhões de dólares por dia.

⁵/ Os partidos da oposição mostram-se cépticos com o desfecho das negociações de hoje de madrugada, contrariando as afirmações do ministro da Agricultura, que considerou um êxito para Portugal o acordo alcançado (Lusa, público.pt).

O controlo das bolsas dos principais produtos agrícolas exportados pelos países em desenvolvimento contrariam o livre mercado e a concorrência. As sucessivas negociações agrícolas no GATT e posteriormente na OMC, converteram-se em disputas entre os Estados Unidos e a União Europeia sendo as reivindicações dos países em desenvolvimento respondidas, por um lado, com aumentos das tarifas de protecção⁶ e, por outro, com tratados de cooperação e comércio preferencial que têm mais contornos políticos que económicos (como por exemplo as relações entre a UE e os países da ACP).

Por outro lado, os países desenvolvidos e as organizações internacionais procuram influenciar os países em desenvolvimento com políticas contrárias às praticadas na Europa e nos Estados Unidos. Por exemplo, os Programas de Ajustamento Estrutural limitam ou impedem os subsídios aos produtores, a liberalização do comércio é “sugerida”, a produção de produtos exportáveis é priorizada e a auto-suficiência alimentar é considerada um objectivo político com elevados custos económicos⁷. Muitos países em desenvolvimento produzem cada vez mais, o que não consomem (para exportação) e consomem o que não produzem (importam), aumentando em consequência a dependência das importações e da ajuda internacional (Mosca, 2002).

As sucessivas reformas das PAC's revelaram contradições internas e com os objectivos e políticas globais, gerando distorções e desequilíbrios nos mercados, na distribuição dos rendimentos e no agravamento das assimetrias de desenvolvimento. Estas evoluções têm sido possíveis porque as PAC's não constituem, em termos económicos, as hipóteses principais dos modelos económicos na União Europeia. As agriculturas jogam um papel secundário nas

^{6/} A média de tarifas agrícolas a nível mundial é de 62%, enquanto para os produtos industriais a tarifa de importação da Europa está em 4,2% na média, para os agrícolas ela chega a 17,3%, com picos de até 236%. (John N. Palmer, embaixador dos EUA em Portugal, para a rubrica “Passaporte Diplomático”, no Diário Económico de 5.8.2002).

^{7/} O Relatório do Banco Mundial (1986:82) afirma: “ ... a questão chave não é a auto-suficiência alimentar mas a vantagem competitiva. Se um país pode fazer melhor uso dos seus recursos em exportações – agrícolas ou não -, não há razões em desperdiçar recursos na procura da auto-suficiência de alimentos ... a auto-suficiência alimentar permanece um objectivo popular anti-económico e alguns países estão dispostos em gastar elevados custos para alcançá-la”.

disputas das potências por uma supremacia política e económica mundial e, portanto, procura-se minimizar o consumo de recursos. Por essa razão, as medidas relacionadas com o mercado mantêm-se como o pilar fundamental das PAC's⁸ e pretendem, através de apoios selectivos, reduzir o peso da agricultura na economia⁹ de forma a libertar recursos para os sectores mais intensivos em capital, de maior produtividade e rentabilidade e onde se estabelecem as disputas políticas e económicas fundamentais.

As medidas das PAC's são deste modo diferentes e opostas às praticadas para o conjunto da economia e dos sectores económicos. Os princípios da liberdade dos mercados e livre circulação de recursos, da não intervenção dos poderes políticos e do Estado, da não diferenciação de políticas de crédito e dos subsídios, entre outras, não estão presentes. Os objectivos políticos influenciam fortemente as PAC's, como são os casos da auto-suficiência alimentar, da utilização da ajuda alimentar como instrumento da política externa europeia (Mosca, 2002), como moeda de troca nas negociações com terceiros países como por exemplo as reduções de tarifas e aumento das quotas de importação a troco de benefícios e preferências para a UE e para os estados-membros.

A sequência e velocidade das reformas estão relacionadas com a emergência das “anomalias” dos modelos, designadamente: (1) a redução da superfície cultivada, a perda de emprego e dos rendimentos; (2) a degradação ambiental e o esvaziamento económico e social do território; (3) a carga orçamental agrícola e a utilização economicamente menos eficiente dos recursos. Por outro lado, os objectivos principais da PAC foram alcançados, principalmente: (1) o crescimento da produção e o alcance de importantes níveis de auto-suficiência alimentar à escala europeia; (2) o aumento da produtividade do trabalho e por superfície através da modernização das explorações,

⁸/ Os números são claros: em 2000, 87% dos pagamentos aos agricultores da UE (36 mil milhões de euros) correspondem a suporte do mercado; 10% apenas resultaram do apoio ao DR (4 mil milhões de euros).

⁹/ A redução da superfície do número de agricultores mantêm-se. As mediadas tendentes a aumentar a produtividade por superfície e cabeça continuam e, paralelamente, existem esforços para reduzir os subsídios directos à produção.

o que fez aumentar a eficiência e reduzir o peso da agricultura na economia e na sociedade; (3) uma maior integração e articulação vertical da agricultura com a economia, seja através das cadeias de distribuição e transformação de produtos alimentares, como por meio da modernização empresarial que produziu efeitos multiplicadores sobre importantes sectores secundários e terciários, introduzindo interesses do capital industrial e financeiro no sector agrícola.

As reformas procuram atribuir à agricultura funções sociais e novas actividades produtivas (retenção demográfica, produção de produtos ecológicos, extensificação dos sistemas produtivos, preservação da biodiversidade, agricultura biológica, florestação, etc.), a responsabilidade de produção de bens públicos (paisagem, conservação da natureza e de recursos naturais...), a satisfação do incremento da procura de bens e serviços pelos cidadãos (turismo rural, caça, pesca, produtos típicos regionais, artesanato, etc.) e a produção de qualidade¹⁰. Isto é, a hipótese principal é reforçada e introduzem-se hipóteses secundárias imunizadoras e legitimadoras do modelo PAC que no fundamental se mantém inalterável.

Tenta-se alcançar estes objectivos secundários através de programas diversos sob o novo conceito da multifuncionalidade da agricultura, na maior parte financiados por fundos oriundos dos países com agriculturas mais desenvolvidos e, simultaneamente, com inferiores necessidades destes programas¹¹. Os recursos destinados a estes objectivos são insuficientes para o alcance de tão importantes objectivos, porque:

- Os rendimentos dos agricultores continuam a decrescer e as actividades relacionadas com as novas funções da agricultura e do meio rural são incapazes de gerar recursos para

¹⁰ / A qualidade é considerada crescentemente em função de produtos que asseguram dietas equilibradas, por segurança alimentar, pelo respeito pelo ambiente e pela saúde.

¹¹/ Estes países vêm afectadas as capacidades de financiar as respectivas agriculturas (apoios directos à produção) devido à transferência de recursos para aos países mediterrâneos o que os conduz à defesa da renacionalização da PAC.

suprir as perdas de receitas. Muitas destas actividades realizam-se porque são financeiramente suportadas sendo a respectiva sustentabilidade económica e financeira pós-financiamento duvidosa.

- A ocupação produtiva do território é apenas parcialmente garantida através da florestação, da extensificação, da caça e da agricultura que se mantém competitiva. As restantes acções localizam-se geralmente e têm efeitos nas pequenas cidades e vilas, como o turismo, o artesanato, etc.
- A produção alimentar de qualidade não alterou significativamente a persistência dos padrões de consumo de massa que suportam a agricultura produtivista incrementando a produção de externalidades ambientais negativas por unidade de superfície e diminuindo a eficiência energética da produção agrícola.
- Mantém-se a emigração e a perda do património cultura e monumental.

Para além destas razões, acrescenta-se que uma significativa parte dos recentes investimentos privados de maior escala realizados no meio rural são de capitais não agrícolas, de interesses fundamentalmente não relacionados com o campo, com um limitado envolvimento das sociedades locais e de baixa articulação com as economias rurais. Uma parte importante dos investimentos são realizados em sectores rentáveis ou que rentabilizam outras actividades, geralmente de baixa intensidade de capital por emprego e por superfície como por exemplo a florestação e a caça, são maioritariamente geradores de poucos postos de trabalho, como são os casos do turismo rural e da produção de produtos regionais.

São principalmente os investimentos de pequena escala os realizados por capitais locais e, na maioria dos casos, pretendem satisfazer procura de âmbito regional associados com hábitos culturais, como por exemplo, a gastronomia, o artesanato, o folclore, o lazer (caça, pesca, etc., turismo de curta duração), entre outros. Em resumo e se o anteriormente referido é verificável, a maioria das iniciativas e dos investimentos relacionados com os projectos de desenvolvimento

rural são realizados por actores cívicos para satisfazer procura não locais, o que contraria o conceito e os objectivos do desenvolvimento rural que pressupõe processos fundamentalmente endógenos, com participação dos cidadãos nos projectos, sustentáveis a longo prazo e que garantam a ocupação física e económica do território.

Estas iniciativas existem no quadro das funcionalidades entre os investimentos associados à globalização e internacionalização da economia com os investimentos locais, reforçando-se mutuamente¹² e enquadram-se no âmbito da coesão espacial e social da União Europeia. É no entanto possível questionar, pelo menos parcialmente, se os projectos associados com o desenvolvimento rural respeitam os princípios da solidariedade e da coesão. Um estudo realizado sobre a região de Viseu¹³ concluiu que as necessidades mais sentidas pelas populações rurais estão associadas com a saúde, a assistência social e a educação e são as menos satisfeitas e com menor oferta, em relação às quais os investimentos públicos e a distribuição de recursos marginalizam o meio rural¹⁴. Isto é, o aumento da oferta de bens e serviços para reduzir o excesso da procura no meio rural é secundarizada em favor das funcionalidades que articulam verticalmente a oferta local com a procura regional e supra-nacional, marginalizando as populações e os interesses locais dos processos de desenvolvimento que se realizam no território. Também os projectos de desenvolvimento rural introduzem conflitos com a política económica global e entre os países porque representam a retirada de recursos dos sectores competitivos da

^{12/} São exemplos evidentes, a florestação em larga escala e de explorações familiares associada à indústria da madeira e do papel, o turismo rural como complemento das ofertas de verão (turismo de sol) dos actores turísticos internacionais, a caça como complemento lúdico oferecido aos parceiros de negócios, entre outros.

^{13/} *Estudo Prospectivo das Necessidades de Consumo na Região de Viseu* realizado no âmbito do Centro de Investigação em Economia e Gestão Aplicadas (CIEGA) do Instituto Piaget em Viseu (2002), financiado pela Associação Industrial da Região de Viseu.

^{14/} Um trabalho de Borges (2001) confirma que os investimentos públicos realizados em infra-estruturas de saúde entre 1992 e 1998 são muito reduzidos: por exemplo, o número de hospitais passou de 117 para 119, os centros de saúde passaram de 356 para 360 e o número de farmácias variou de 2.435 para 2.459. Refere ainda que em 1998, 75% dos médicos desenvolviam a sua actividades nas zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, em Coimbra e na península de Setúbal.

União Europeia, a sua implementação pode distorcer os mercados locais e porque o peso da agricultura no orçamento da União mantém-se sensivelmente nos mesmos níveis¹⁵.

Face ao exposto, pode-se questionar acerca dos objectivos de longo prazo dos epicentros dos centros de decisão da política e dos interesses económicos. Parece sustentável defender o argumento em como se pretende minimizar o custo de oportunidade da produção agrícola e das medidas do desenvolvimento rural, sendo estas temporalmente limitadas à evolução demográfica da população que não emigra do campo tendo, simultaneamente, um efeito social e politicamente legitimador dos poderes e da construção da União Europeia.

Finalmente algumas questões sobre o alargamento a leste. Parece não existirem dúvidas sobre os interesses das economias do centro da Europa, não só devido à ampliação dos mercados e das áreas de reprodução do capital, como por razões políticas. Está em curso a formação de um novo eixo de desenvolvimento económico (centro - leste) com uma consequente reconfiguração relativa da divisão do trabalho, onde os países mediterrâneos possuem desvantagens estruturais e históricas. As margens de expansão do consumo considerando os actuais níveis de rendimento familiar, as vantagens das economias de proximidade, a formação e especialização da mão-de-obra entre outros aspectos, são factores de preferência dos investidores em relação aos quais grande parte dos países de leste possui vantagens comparativamente com o sul da Europa.

As acções de apoio pré e pós adesão dos novos estados-membros estão maioritariamente relacionadas com medidas ambientais e de desenvolvimento rural, principalmente porque: (1) a Europa já possui em elevado grau de auto-suficiência alimentar e com excedentes em muitos produtos; (2) as novas agriculturas são concorrentes com as do centro da Europa sendo estas geralmente mais competitivas; (3) é necessário travar as medidas que distorcem os mercados e que representam uma elevada percentagem do orçamento da União; (4) deve-se evitar a

¹⁵/ A agricultura representou em 2001, 51,91% dos pagamentos efectuados nas despesas comunitárias (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, C294 28.11.2002 – Gráfico VI) – Fonte: Tribunal de Contas Europeu.

afecção de recursos aos sectores menos competitivos; e, (5) é importante reduzir o peso das agriculturas desses países nas respectivas economias para possibilitar a transferência de recursos para o desenvolvimento. Existirão reduções de superfície e de agricultores, os rendimentos baixarão a médio prazo e os fenómenos migratórios irão repetir-se. A defesa das novas agriculturas justificará o prolongamento das medidas de apoio à produção e do protecção que beneficiarão as explorações consolidadas, principalmente as do centro da Europa.

O apoio da UE aos novos estados-membros, ao concentrar-se nas políticas de desenvolvimento rural, está a abrir mercados para a expansão e reforço das agriculturas competitivas maioritariamente concentrados nos países mais desenvolvidos, simultaneamente que existem ajudas para reduzir os efeitos sociais e ambientais negativos de forma a evitar conflituosidades sociais e, simultaneamente, legitimar os processos de adesão.

No âmbito do quadro analítico deste comunicação, pode-se afirmar que a adesão aprofundará as contradições entre a PAC enquanto medidas não convergentes com as políticas económicas globais e com os processos de globalização e internacionalização e complexificará os conflitos e os dilemas entre os ideais da União Europeia com os objectivos de curto prazo dos estados-membros, entre estes e destes com os países desenvolvidos na agricultura.

CONCLUSÃO

As sucessivas reformas revelam uma permanente inadequação das PAC's às realidades das agriculturas europeias traduzido pela insatisfação dos estados-membros devido aos efeitos e externalidades desiguais. Perante a heterogeneidade das agriculturas torna-se uma missão quase impossível o estabelecimento de uma política agrícola comum e de longo prazo, sobretudo quando os estados-membros lutam por alcançar benefícios próprios de curto prazo, secundarizando os objectivos e ideais da Europa. Os pontos de compromisso terminam por surgir

ou por troca e transferências de interesses (recursos) inter-sectoriais ou por imperativos de natureza política e social: se os países do sul reivindicam transferências e novas formas de apoio e ajuda, os países mais desenvolvidas não podem fazer perigar a unidade europeia porque ficariam em causa interesses de importância política e económica à escala mundial que norteiam a construção da Europa e que reforçam a importância dos estados-membros mais desenvolvidos no mundo.

A instabilidade das PAC's é também consequência das medidas de aplicação serem regra geral contrárias aos paradigmas e pressupostos dos modelos económicos praticados para o conjunto da economia. Isto é, as agriculturas não integram as hipóteses principais dos modelos de crescimento surgindo como importante quando é necessário imunizar o modelo através de hipóteses secundárias que pretendem reduzir as externalidades negativas que se produzem como consequência do desenvolvimento global e têm também por objectivo legitimar política e socialmente a construção europeia.

No lugar de apenas considerar que os beneficiários são principalmente os países do centro da Europa e alguns tipos de agricultores em consequência das maiores capacidades negociais, procurou-se demonstrar que existem razões estruturais, de desenvolvimento, históricos e uma maior proximidade dessas agriculturas aos objectivos da eficiência e competitividade à escala da União Europeia.

Finalmente, esta comunicação sugere que as análises de curto prazo e que não ultrapassam o âmbito "agrarista" e "ruralista" a nível nacional ou mesmo comunitário, são insuficientes para a compreensão dos mecanismos negociais e das medidas das PAC's e do papel da agricultura na construção da União Europeia.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo (2002): Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. *Economia Rural*, vol. 40, nº 2, p. 235-264. www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_científicos/2002.

BANCO MUNDIAL (1986): Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington, Banco mundial.

JT Estadão (2000): O avanço do proteccionismo”. Em Editoriais de JT Estadão de 18 de Julho de 2000. www.jtestadao.com.br/editoriais/00/07/18/editoriais003.html.

MOSCA, João (2002): Ajuda Alimentar e Desenvolvimento. Lição apresentada para obtenção do título de Agregado. Lisboa, UTL, ISA.

MOSCA, João (2002): *Encruzilhadas de África. Ênfase para os PALOP*. Lisboa, Editora Instituto Piaget

MOSCA, João et al (2003): *Estudo Prospectivo das Necessidades de Consumo na Região de Viseu*. Associação Industrial da Região de Viseu. No prelo.

OTTA, Lu Aiko (2002): “Documento do BID critica política de subsídios”, transcrito do jornal *O Estado de S. Paulo* (17/3/2002). www.fae.com.br/boletim/bi713.htm de 11/08/2003.

PALMER, John N. (2002): O custo do proteccionismo Agrícola Global” em Diário Económico de 5.8.2002. www.american-embassy.pt/DEport_AgriProtec.htm em 11/08/03.

PINTO, Graça Borges (2001): *Distribuição Territorial de Serviços de Saúde. Relatório Final de Estágio de Licenciatura em Economia e Gestão dos Serviços de Saúde.* Relatório de Estágio de fim de licenciatura. Amada, Instituto Piaget.

PNUD (2003): *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003.* Lisboa, Trinova Editora.